

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 - Sobre os princípios básicos que regem a Administração Pública, assinale a assertiva correta.

- (A) O princípio da legalidade significa que a Administração somente não pode fazer o que a lei proíbe.
- (B) O princípio da publicidade é absoluto, porquanto não admite qualquer restrição.
- (C) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado coloca a Administração Pública sempre em condições de superioridade em face dos interesses privados.
- (D) A obrigatoriedade de concursos públicos é instrumento de efetivação do princípio da impessoalidade.
- (E) A proibição do preenchimento de cargos em comissão por cônjuges e parentes de servidores públicos é medida que se exige em observância ao princípio da eficiência.

2. Levando-se em conta a classificação dos atos administrativos quanto à intervenção da vontade administrativa, é correta a afirmação de que a nomeação de Presidente do Banco Central do Brasil, que, segundo a Constituição Federal, exige a aprovação prévia do Senado Federal, é ato administrativo

- (A) unilateral.
- (B) simples.
- (C) composto.
- (D) complexo.
- (E) declaratório.

3 - Não se aplica ao processo administrativo o princípio

- (A) da razoável duração do processo.
- (B) do contraditório.
- (C) da ampla defesa.
- (D) da publicidade.
- (E) da inafastabilidade de jurisdição.

4 - O servidor público não poderá

- (A) exercer mandato eletivo.
- (B) perceber proventos de mais de uma aposentadoria.
- (C) ser contratado pelo regime trabalhista.
- (D) exercer trabalho temporário.
- (E) exercer função gratificada.

5 - A Constituição Federal, no art. 37, § 6º, regula a responsabilidade civil do Estado. Por esse dispositivo afirma-se que é adotada a responsabilidade do Estado na modalidade

- (A) do risco administrativo.
- (B) da irresponsabilidade do Estado.
- (C) do risco integral.
- (D) da responsabilidade com culpa.
- (E) civilista.

6 - Sobre a intervenção do Estado no domínio econômico, aponte a modalidade de intervenção em que se verifica a perda da propriedade.

- (A) Servidão administrativa.
- (B) Requisição.
- (C) Ocupação temporária.
- (D) Tombamento.
- (E) Desapropriação.

7 - No procedimento licitatório, regulado pela Lei nº 8666/93, o ato mediante o qual se atribui ao vencedor o objeto licitado denomina-se

- (A) homologação.
- (B) habilitação.
- (C) qualificação.
- (D) destinação.
- (E) adjudicação.

8 - Sobre os contratos celebrados pela Administração Pública assinale a afirmativa que está correta.

- (A) Os contratos de direito privado celebrados pela Administração Pública caracterizam-se principalmente por gozarem de prerrogativas, denominadas cláusulas exorbitantes.
- (B) É competência comum da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as suas modalidades, para as administrações públicas dos respectivos entes federais.
- (C) Tendo em vista o objeto, é possível à Administração Pública firmar contratos por tempo indeterminado.
- (D) Nos contratos administrativos, havendo modificação do projeto, é possível a alteração unilateral do negócio jurídico.
- (E) A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por agente pertencente ao Tribunal de Contas.

9 - Sobre a organização administrativa, assinale a assertiva correta.

- (A) Os consórcios públicos compõem a Administração Pública Indireta.
- (B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista somente podem organizar-se sob a forma de sociedade anônima.
- (C) O ente federativo responde direta e imediatamente pelas obrigações assumidas por suas autarquias.
- (D) As sociedades de economia não se sujeitam a controle interno.
- (E) As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão sujeitas à falência.

10 - Consideram-se bens públicos aqueles que pertencem às pessoas jurídicas de direito público. Sobre o tema, assinale a assertiva correta.

- (A) Os terrenos de marinha são bens públicos dominiais.
- (B) Os bens públicos dominiais, os de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (C) As vias públicas são bem de uso especial.
- (D) Os bens de uso especial podem ser adquiridos mediante usucapião.
- (E) Os bens públicos não podem ser desapropriados.

11 - Assinale a assertiva correta, levando-se em conta os direitos e os deveres dos membros do Tribunal de Contas.

- (A) Os Auditores Substitutos de Conselheiros substituirão os Conselheiros no caso de afastamento e suceder-lhes-ão no de vacância.
- (B) Os Auditores Substitutos de Conselheiros terão as mesmas garantias, prerrogativas, vedações, impedimentos, subsídios e vantagens dos Desembargadores, o que significa que não respondem por improbidade administrativa.
- (C) Ao Governador do Estado compete indicar quatro Conselheiros, e à Assembléia Legislativa, os outros três.
- (D) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, nos crimes comuns e de responsabilidade, serão julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado somente podem perder o cargo mediante processo administrativo disciplinar ou decisão judicial com trânsito em julgado.

12 - A Administração Pública, no exercício de suas funções, estará sujeita a controle por parte do Poder Legislativo e Poder Judiciário. Um dos meios mais eficazes de controle jurisdicional é o mandado de segurança individual ou coletivo, a respeito do qual é correto afirmar-se que

- (A) não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (B) é cabível mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de sociedades de economia mista.
- (C) o mandado de segurança coletivo é ação constitucional que visa a proteger direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- (D) uma das principais características do mandado de segurança é a sua autoexecutoriedade, em face do que a sentença que conceder o mandado de segurança sempre poderá ser executada provisoriamente.
- (E) o mandado de segurança individual somente poderá ser proposto por pessoa física.

13 - A concessão de serviço público é modalidade de contrato administrativo. Sobre o tema, assinale a assertiva correta.

- (A) O concessionário executa o serviço em nome do órgão público concedente.
- (B) O concessionário de serviço público responde pelos danos causados por seus agentes somente havendo culpa ou dolo.
- (C) Sendo a concessão modalidade de contrato administrativo, não se admite a rescisão unilateral.
- (D) Uma das modalidades de extinção do contrato de concessão é a caducidade.
- (E) Não se admite a incorporação ao poder concedente dos bens do concessionário.

14 - A Lei nº 8429/92 dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de improbidade administrativa. Na forma da lei e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça aponte a afirmativa correta.

- (A) O Ministério Público possui legitimidade ativa para apurar improbidade administrativa por meio da ação civil pública. Neste caso, eventuais multas aplicadas reverterão ao Fundo de que trata o art. 13 da Lei nº 7347/85 – Lei da Ação Civil Pública.
- (B) Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei 8429/92) somente se configuram sob a forma dolosa, mas não exigem a prova do dano.
- (C) Na ação de improbidade administrativa a pessoa jurídica de direito público interessada será sempre ré.
- (D) A autoridade judicial poderá, na ação de improbidade administrativa, determinar a imediata perda do cargo do agente público acusado da prática de ato de improbidade.
- (E) A ação de improbidade administrativa prescreve em cinco anos a contar da data do fato ou de sua ciência pela autoridade administrativa.

15 - Sobre os servidores públicos, assinale a afirmativa correta.

- (A) O prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- (B) A investidura em cargo, emprego ou função pública depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (C) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (D) Os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo, em virtude de concurso público, são estáveis após dois anos de efetivo exercício.
- (E) O servidor público estável perderá o cargo quando em disponibilidade.

CONSTITUCIONAL

16 - O Tribunal de Contas da União:

- (A) é órgão do controle de constitucionalidade concentrado.
- (B) pode apreciar, no exercício de sua jurisdição, a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
- (C) não possui autorização para a análise da constitucionalidade das leis, hipótese exclusiva do Poder Judiciário.
- (D) é preposto do Poder Legislativo.
- (E) desde a edição da Súmula 347, do STF, restou impossibilitado de analisar a constitucionalidade de atos do poder público.

17 - Sobre o TCE do Mato Grosso, é correto afirmar que

- (A) o primeiro procurador-chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é escolhido por indicação e aprovação do Tribunal Pleno.
- (B) a competência para sua organização administrativa é privativa do Governador do Estado.
- (C) os conselheiros do Tribunal de Contas são nomeados pelo Governador do Estado com aprovação prévia do Poder Judiciário estadual.
- (D) o auditor, quando em substituição a conselheiro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Entrância Especial.
- (E) os conselheiros somente poderão se aposentar com as vantagens do cargo, quando o tiverem exercido efetivamente por mais de dez anos.

18 - É parte legítima para propor ação direta de inconstitucionalidade e lei ou ato normativo estadual ou municipal conforme a Constituição do Estado do Mato Grosso:

- (A) a mesa do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso.
- (B) o Ministério Público do Estado do Mato Grosso.
- (C) o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso.
- (D) partidos políticos com representação no Estado do Mato Grosso.
- (E) o Prefeito, a Mesa da Câmara de Vereadores ou partido político com representação nesta, quando se tratar de lei ou ato normativo municipal.

19 - É objetivo da República Federativa do Brasil:

- (A) preservar a dignidade da pessoa humana.
- (B) incentivar o pluralismo político.
- (C) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) a independência nacional.
- (E) a solução pacífica de conflitos.

20 - Quanto às súmulas vinculantes, é acertado inferir que:

- (A) o Governador do Estado do Mato Grosso é legitimado para propor o cancelamento de enunciado de qualquer súmula vinculante.
- (B) restringe seus efeitos aos órgãos da administração pública direta.
- (C) o pedido de cancelamento de enunciado suspende processos em que se discutam as mesmas questões.
- (D) o quórum de 1/3 dos membros do Supremo Tribunal Federal é o necessário para a edição de súmula vinculante.
- (E) é vedada a sua edição, de ofício, pelo Supremo Tribunal Federal.

21 - O número de vereadores por municípios deve variar entre a seguinte proporção:

- (A) 13, nas cidades de mais de 15.000 habitantes e de até 30.000 habitantes.
- (B) 23, nas cidades de mais de 450.000 habitantes e de até 600.000 habitantes.
- (C) 17, nas cidades de mais de 120.000 habitantes e de até 160.000 habitantes.
- (D) 31, nas cidades de mais de 750.000 habitantes e de até 900.000 habitantes.
- (E) 27, nas cidades de mais de 600.000 habitantes e de até 750.000 habitantes.

22 - Sobre as intervenções, assinale a afirmativa correta.

- (A) A União poderá intervir nos Municípios, quando houver descumprimento de princípio fundamental previsto na Constituição Federal.
- (B) O Estado poderia intervir no Município, a fim de prover a execução de lei estadual.
- (C) A União poderá intervir em Municípios que não apliquem o mínimo exigido em ações e serviços de saúde.
- (D) O decreto de intervenção de Estado em Município deve ser apreciado pela Assembleia Legislativa respectiva, no prazo de 48 horas.
- (E) A União poder intervir num Estado da Federação quando a lei orçamentária estadual não for votada no prazo regulamentar.

23 - Ao servidor público lotado em autarquia, no exercício do mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- (A) investido no cargo de vereador, e não havendo compatibilidade de horários, deverá ser afastado do cargo e sem direito à escolha da remuneração.
- (B) para efeitos de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- (C) investido no cargo de Governador, será afastado, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (D) afastado por motivo de exercício de cargo eletivo, terá seu tempo de serviço computado para efeitos de promoção por merecimento.
- (E) investido no mandato de Prefeito, poderá cumular os cargos, desde que exista compatibilidade de horários.

24 - Perderá o mandato o Senador:

- (A) investido no cargo de Secretário de Estado.
- (B) licenciado pelo Congresso Nacional para tratar de assuntos particulares.
- (C) investigado em inquérito policial.
- (D) por decreto da Justiça Eleitoral, nos limites estabelecidos pela Constituição Federal.
- (E) investido no cargo de Prefeito de Capital de Estado da Federação.

25 - Compete privativamente à União legislar sobre:

- (A) comércio exterior e interestadual.
- (B) direito tributário.
- (C) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (D) criar, organizar e suprimir distritos.
- (E) custas do serviço forense.

26 - O Poder Constituinte Decorrente

- (A) é característico dos Estados Federados.
- (B) é parte essencial da concepção de um Estado Unitário.
- (C) é ilimitado em sua autonomia material.
- (D) traduz-se na concepção de que a recepção de normas infraconstitucionais pressupõe hierarquia e verticalidade.
- (E) confere soberania aos Municípios e aos Estados.

27 - Pode-se afirmar que as normas de eficácia limitada

- (A) possuem efeitos desde sua edição.
- (B) possuem efeitos imediatos, mas seu campo de atuação é limitado por uma norma infraconstitucional.
- (C) estabelecem princípios e programas a serem seguidos pela Administração Pública.
- (D) possuem eficácia, contudo necessitam de uma norma infraconstitucional de complementação para que produzam efeitos.
- (E) são destituídas de qualquer tipo de eficácia até o momento em que sua limitação é superada.

28 - São componentes do Poder Judiciário:

- (A) CNJ, Tribunal de Mediação e de Arbitragem, Tribunal de Contas.
- (B) STF, STJ e CNJ.
- (C) Tribunal de Contas, TJRS e STM.
- (D) STF, STJ e Tribunal de Mediação e de Arbitragem.
- (E) Tribunal de Contas, CNJ e TJ-MT.

29 - Assinale a alternativa correta.

- (A) O mecanismo intraconstitucional de hierarquia normativa possibilita a derrocada da pirâmide de Kelsen.
- (B) Os direitos fundamentais sociais eximem-se da prestação positiva estatal.
- (C) Um Estado Democrático de Direito repele as interpretações constitucionais transformadoras da realidade social.
- (D) Direitos fundamentais individuais caracterizam-se pela prestação negativa estatal.
- (E) A constituição Federal de 1934 é classificada como outorgada.

30 - A competência dos Estados-Membros da Federação brasileira é:

- (A) uniforme.
- (B) exaustiva.
- (C) enunciativa.
- (D) enumerativa.
- (E) residual.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31 - O Presidente da República, em 23 de novembro de 2010, editou e publicou medida provisória aumentando a alíquota do imposto de importação sobre determinado produto. A medida provisória foi convertida em lei em 5 de março de 2011. O imposto majorado pode ser exigido a partir de

- (A) 1º de janeiro de 2011.
- (B) 23 de fevereiro de 2011.
- (C) 1º de janeiro de 2012.
- (D) 23 de novembro de 2010.
- (E) 5 de março de 2012.

32 - Segundo o Código Tributário Nacional, os tratados e convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os tratados internacionais que versem sobre matéria tributária

- (A) têm hierarquia de lei ordinária.
- (B) são dotados de supralegalidade.
- (C) têm hierarquia de norma constitucional.
- (D) integram o bloco de constitucionalidade.
- (E) são irrevogáveis.

33 - Sobre a obrigação tributária, assinale a afirmativa que está certa.

- (A) Quando a Constituição Federal concede imunidade tributária a determinadas pessoas físicas ou jurídicas, não se poderá exigir o cumprimento de obrigações acessórias.
- (B) Sujeito passivo indireto ou responsável tributário é a pessoa que pratica o fato gerador.
- (C) Em face do silêncio do Código Tributário Nacional, não se admite a substituição tributária.
- (D) As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e as pessoas expressamente designadas por lei são solidariamente obrigadas ao pagamento do tributo.
- (E) A capacidade tributária depende da capacidade civil das pessoas naturais.

34 -. Assinale, dentre os tributos abaixo, aquele em que o lançamento é efetuado de ofício.

- (A) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- (B) Imposto sobre produtos industrializados.
- (C) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (D) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços.
- (E) Contribuição social para o financiamento da seguridade social.

35 - Sobre as causas que suspendem a exigibilidade do crédito tributário, assinale a assertiva correta.

- (A) A moratória somente poderá ser concedida em caráter geral.
- (B) A confissão de dívida, acompanhada do pedido de parcelamento é causa interruptiva da prescrição.
- (C) Não constituído o crédito tributário, não poderá o contribuinte proceder ao depósito.
- (D) Impugnado administrativamente o crédito tributário, não poderá o contribuinte intentar ação judicial.
- (E) É vedada a concessão de medidas liminares suspensivas do crédito tributário em ação de mandado de segurança.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 36** - Relativamente aos agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios, nos termos constitucionalmente estabelecidos, é correto afirmar que:
- (A) serão filiados do Regime Geral de Previdência Social.
 - (B) com exceção dos membros do Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas, serão filiados a Regimes Previdenciários Próprios criados por lei estadual.
 - (C) tanto os agentes públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal quanto dos Municípios, incluindo-se os membros do Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas, serão filiados a Regimes Previdenciários Próprios criados por lei do ente federativo respectivo.
 - (D) tanto os agentes públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal quanto dos Municípios, incluindo-se os membros do Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas, serão filiados a Regimes Previdenciários Próprios criados por lei federal.
 - (E) tanto os agentes públicos da União quanto dos Estados e do Distrito Federal, incluindo-se os membros do Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas, serão filiados a Regimes Previdenciários Próprios criados por lei do ente federativo respectivo.
- 37** - Para fins de obtenção de aposentadoria, relativamente à contagem recíproca e compensação entre regimes, de que trata a Constituição Federal em seu artigo 201, § 9º:
- (A) o tempo de serviço rurícola, independentemente da época, somente poderá ser convertido em tempo de contribuição, para fins de contagem recíproca, se houver o correspondente recolhimento das contribuições previdenciárias.
 - (B) o tempo de serviço rurícola, posteriormente à vigência da Lei 8.213/91, não poderá ser considerado para fins de contagem recíproca.
 - (C) somente será viável relativamente ao tempo de serviço rurícola prestado posteriormente à vigência da Lei 8.213/91.
 - (D) somente será viável relativamente ao tempo de serviço rurícola prestado posteriormente à vigência da Lei 8.213/91, independentemente de contribuição.
 - (E) não é mais possível, a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003.
- 38** - Na hipótese de segurado do Regime Geral de Previdência Social exercer duas atividades e resultar totalmente incapacitado, em definitivo, para uma delas e permanecer capaz para a outra:
- (A) deverá ser concedido auxílio-doença que cessará após cinco anos.
 - (B) deverá ser concedido auxílio-doença inicialmente e, confirmada a incapacidade definitiva, ser substituído por aposentadoria por invalidez.
 - (C) não deverá ser concedido benefício algum em razão da capacidade para a outra atividade.
 - (D) deverá ser concedido auxílio-doença e mantida a concessão indefinidamente em razão de inexistência de incapacidade para qualquer atividade.
 - (E) deverá ser concedido auxílio-acidente.
- 39** - Na manutenção do Regime Próprio de Previdência de seus servidores, o Estado do Mato Grosso contribuirá
- (A) com não mais que a metade da contribuição do servidor ativo.
 - (B) com valor fixado livremente em lei estadual.
 - (C) com 250 por cento da contribuição do servidor ativo.
 - (D) obrigatoriamente com o mesmo montante cabível ao servidor ativo contribuir.
 - (E) com valor fixado em norma estadual não inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro.

40 - No âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social, no que refere ao nível dos Estados federados, é correto afirmar que:

- (A) pode haver aposentadoria por invalidez, aposentadoria compulsória e aposentadoria voluntária.
- (B) pode haver a instituição de quaisquer benefícios a critério do legislador estadual no livre exercício da autonomia dos entes federados.
- (C) cuidando-se de competência exclusiva, a instituição de benefícios dependerá sempre de norma federal.
- (D) cuidando-se de competência privativa, a instituição de benefícios dependerá sempre de norma federal.
- (E) a instituição de benefícios deve observar a reserva de lei delegada.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

41 - Acerca da dívida pública fundada, assinale a afirmativa correta.

- (A) É representada por títulos emitidos por ente federado.
- (B) Não inclui obrigação financeira assumida em virtude de tratado.
- (C) Tem prazo de amortização inferior a um ano, ainda que a receita correspondente não conste do orçamento.
- (D) Pode decorrer da realização de operações de crédito.
- (E) Não pode decorrer de confissão de dívida.

42 - Acerca de receita e ingresso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em sentido estrito, são equivalentes entre si .
- (B) Os ingressos são permanentes; as receitas, transitórias.
- (C) Nem todos os ingressos constituem receitas.
- (D) Nem todas as receitas constituem ingressos.
- (E) A dívida pública resulta da diferença entre ambos.

43 - Acerca do ciclo orçamentário, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Plano Plurianual é instituído por decreto no primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.
- (B) Compreende o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, sendo o primeiro com vigência de quatro anos e os demais editados anualmente.
- (C) A Lei Orçamentária Anual resulta de projeto de lei encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo, a quem cabe consolidar e alterar as propostas dos demais Poderes.
- (D) A Lei de Diretrizes Orçamentárias é de iniciativa da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional .
- (E) Eventuais alterações na norma que institui o Plano Plurianual são procedidas pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

44 - Acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

- (A) Orienta a elaboração do Plano Plurianual.
- (B) Orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, exceto quanto à compensação a renúncias de receita.
- (C) Conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- (D) Conterá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (E) Não disporá sobre critérios e forma de limitação de empenho.

45 - É inconstitucional a instituição de imposto cuja arrecadação se destine a atender exclusivamente despesas com ações e serviços públicos de saúde, em face do princípio orçamentário da

- (A) exclusividade.
- (B) universalidade.
- (C) não afetação.
- (D) não cumulatividade.
- (E) especialidade.

46 - Acerca da Lei Complementar Federal nº 101/2000, conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sendo lei federal, não obriga os Estados e os Municípios.
- (B) Dispõe sobre normas do ciclo orçamentário, visando ao equilíbrio entre receitas e despesas.
- (C) Não dispõe sobre operações com o Banco Central do Brasil.
- (D) Não dispõe sobre competências dos tribunais de contas.
- (E) Dispõe sobre a composição e a forma de funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, regulamentando-o.

47 - Acerca da transparência na gestão fiscal estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente com as alterações da Lei Complementar Federal nº 131/2009, assinale a afirmativa correta.

- (A) A execução orçamentária e financeira deve ser disponibilizada, em tempo real, em meios eletrônicos de acesso público.
- (B) Os dados da receita a serem disponibilizados não incluem os referentes a recursos extraordinários.
- (C) Os dados da despesa a serem disponibilizados se resumem aos agregados por rubricas.
- (D) O desatendimento das normas de transparência nos prazos estabelecidos não impede o recebimento de transferências voluntárias.
- (E) A participação popular na elaboração e na discussão das leis orçamentárias prescinde de audiências públicas.

48 - Acerca do patrimônio público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os bens dominiais têm sua alienação vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (B) As disponibilidades de caixa dos entes federados podem ser depositadas apenas no Banco Central do Brasil.
- (C) As disponibilidades de caixa dos regimes próprios de previdência integrarão o caixa único do respectivo ente federado.
- (D) A lei poderá destinar a regime próprio de previdência a receita advinda da alienação de patrimônio público.
- (E) As disponibilidades de caixa dos regimes próprios de previdência poderão ser aplicadas em empréstimos aos respectivos segurados.

49 - O princípio que estabelece que a “lei de meios” não conterà “cauda orçamentária” é o da

- (A) não afetação.
- (B) não cumulatividade.
- (C) não confisco.
- (D) exclusividade.
- (E) universalidade.

50 - De acordo com a categoria econômica, a receita pública pode ser classificada em:

- (A) corrente e de capital.
- (B) originária e derivada.
- (C) prevista e realizada.
- (D) orçamentária e extraorçamentária.
- (E) ordinária e extraordinária.

51 - Acerca dos créditos extraorçamentários, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os créditos suplementares, abertos por decreto com prévia autorização legislativa, destinam-se a atender despesas cuja dotação foi insuficiente durante a execução orçamentária.
- (B) Também denominados créditos adicionais, serão especiais, quando referentes a dotações já constantes do orçamento, ou extraordinários, caso introduzam nova rubrica na lei orçamentária em execução.
- (C) Também denominados de créditos especiais, serão adicionais, quando referentes a dotações já constantes do orçamento, ou extraordinários, caso introduzam nova rubrica na lei orçamentária em execução.
- (D) Os créditos extraordinários não podem ser abertos por medida provisória, em face da necessária observância do princípio orçamentário da legalidade estrita.
- (E) São inconstitucionais, por ofenderem o princípio orçamentário da universalidade.

52 - Acerca da despesa pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sua fases são a do (1)empenho, da (2)liquidação e do (3) pagamento, nas quais, respectivamente, (1) atesta-se a execução do serviço ou a entrega do bem, (2) fixa-se o montante devido e (3) se efetua o adimplemento da obrigação.
- (B) Sua fases são a do (1)empenho, da (2) liquidação e do (3)pagamento, nas quais, respectivamente, (1)cria-se a obrigação de pagamento, (2)atesta-se a execução ou a entrega do bem e se fixa o montante devido e (3) se efetua o adimplemento da obrigação.
- (C) O empenho deve ser procedido sem a existência de dotação orçamentária.
- (D) A liquidação deve ser procedida sem o prévio empenho.
- (E) O pagamento deve ser procedido sem a prévia liquidação.

53 - Acerca das receitas públicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) As receitas obtidas em decorrência do Poder de Império estatal são denominadas de originárias.
- (B) As receitas obtidas em decorrência da exploração do patrimônio público são denominadas de derivadas.
- (C) As receitas correntes alteram a situação patrimonial permanente do ente público.
- (D) As receitas de capital se exaurem no exercício em que arrecadadas, não se incorporando ao patrimônio público.
- (E) São originárias as receitas do arrendamento de imóveis públicos, e derivadas as decorrentes de arrecadação de tributos.

54 - A técnica orçamentária que considera os objetivos governamentais em determinado período, servindo de instrumento de planejamento, através de projetos e atividades, é a de

- (A) orçamento de base zero.
- (B) orçamento de responsabilidade fiscal.
- (C) orçamento-programa.
- (D) orçamento tradicional.
- (E) orçamento impositivo.

55 - Acerca do balanço patrimonial, conforme a Lei Federal nº 4.320/1964, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Ativo Financeiro compreenderá créditos realizáveis e valores numerários.
- (B) O Ativo Permanente compreenderá bens, créditos e valores, exceto aqueles cuja alienação dependa de lei.
- (C) O Passivo Permanente compreenderá a dívida flutuante.
- (D) As Contas de Compensação não o integrarão.
- (E) Nele não poderão ser feitas reavaliações de bens imóveis.

PROVA DE REDAÇÃO

EDITAL: 10.2. *A prova de redação não poderá conter qualquer identificação do candidato, sob pena de nulidade da prova. A identificação do candidato será feita por meio do número da inscrição em código de barras, que constará na folha da prova e em rodapé destacável. Neste último o candidato fará sua identificação.*

10.2.1. *As redações e os rodapés serão acondicionados em separado, inclusive da prova objetiva, para posterior correção sem identificação. A identificação das redações só ocorrerá após a correção pelos examinadores.*

TEMA: Meses após instalado o Tribunal de Contas, em 1893, Serzedello Correa, ao se demitir do cargo de Ministro da Fazenda, escreveu uma carta ao Presidente Floriano Peixoto, da qual se destaca o seguinte excerto:

*“Se a função do Tribunal no espírito da Constituição é apenas a de liquidar as contas e verificar a sua legalidade **depois de feitas**, o que eu contesto, eu vos declaro que esse Tribunal é mais um meio de aumentar o funcionalismo, de avolumar a despesa, sem vantagens para a moralidade da administração. Se, porém, ele é um Tribunal de exação como já o queria Alves Branco e como têm a Itália e a França, precisamos resignarmo-nos a não gastar senão o que for autorizado em lei e **gastar sempre bem**, pois para os casos urgentes a lei estabelece o recurso.”*(grifou-se)

O lapidar libelo de Serzedello antecipa em mais de século questões fundamentais relativas ao controle externo da Administração Pública. A primeira, a da efetividade da ação do controle, que deve se antecipar às lesões ao Erário, e não apenas constatá-las, “**depois de feitas**”. A segunda, a de seu objeto, o qual não se restringe ao exame da legalidade dos atos administrativos, senão, também, da economicidade e da legitimidade desses atos, induzindo o gestor a “**gastar sempre bem**”.

Escreva a redação, tendo como ponto de partida o acima exposto, sobre **os limites ao exercício do controle externo pelo Tribunal de Contas**.

Seguem as linhas em branco para o candidato usá-las como rascunho. A redação deverá ser transcrita na FOLHA DE REDAÇÃO com rodapé destacável. A redação a ser transcrita deverá ter um mínimo de 15 e máximo de 30 linhas.

Blank lined writing area consisting of 22 horizontal lines.